

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	11
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	12
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
Notas Explicativas	38
Proposta de Orçamento de Capital	72

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	73
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	76
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	77

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	991.031.991
Preferenciais	0
Total	991.031.991
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	1.874.316	1.446.851	1.127.488
1.01	Ativo Circulante	346.086	325.506	335.434
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	176.837	201.651	135.199
1.01.02	Aplicações Financeiras	134.694	88.420	173.220
1.01.03	Contas a Receber	16.699	15.579	14.744
1.01.03.01	Clientes	16.699	15.579	14.744
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	16.636	15.531	13.802
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	63	48	942
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.819	16.329	10.448
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.037	3.527	1.628
1.01.07.01	Despesas Antecipadas e outros créditos	3.037	3.527	1.628
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	0	195
1.01.08.03	Outros	0	0	195
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedores	0	0	195
1.02	Ativo Não Circulante	1.528.230	1.121.345	792.054
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.215	11.864	9.581
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.271	9.532	6.174
1.02.01.07.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.271	9.532	6.174
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.944	2.332	3.407
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais e outros	2.931	2.321	1.759
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	13	11	1.648
1.02.03	Imobilizado	123.799	79.836	68.126
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	39.732	31.663	27.093
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.408	2.272	264
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	80.659	45.901	40.769
1.02.04	Intangível	1.394.216	1.029.645	714.347
1.02.04.01	Intangíveis	1.394.216	1.029.645	714.347
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.121.959	572.415	405.146

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.04.01.02	Infraestrutura em construção	265.263	444.580	299.998
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	6.994	12.650	9.203

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	1.874.316	1.446.851	1.127.488
2.01	Passivo Circulante	152.018	112.976	85.532
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.401	4.699	4.287
2.01.01.01	Obrigações Sociais	613	571	542
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.788	4.128	3.745
2.01.02	Fornecedores	66.014	65.997	53.135
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.865	5.332	5.713
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.554	3.469	3.196
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	4.554	3.469	3.196
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.311	1.863	2.517
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	29.562	8.163	0
2.01.04.02	Debêntures	29.562	8.163	0
2.01.05	Outras Obrigações	40.759	28.785	22.397
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.633	2.543	2.787
2.01.05.02	Outros	38.126	26.242	19.610
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32.754	23.574	18.601
2.01.05.02.04	Passivo de arrendamento	2.485	1.117	174
2.01.05.02.05	Obrigações com o Poder Concedente	593	562	541
2.01.05.02.06	Outras obrigações	2.294	989	294
2.01.06	Provisões	4.417	0	0
2.01.06.02	Outras Provisões	4.417	0	0
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	4.417	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	715.161	323.320	10.679
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	669.318	299.403	0
2.02.01.02	Debêntures	669.318	299.403	0
2.02.02	Outras Obrigações	9.941	3.339	3.763
2.02.02.02	Outros	9.941	3.339	3.763
2.02.02.02.03	Obrigações trabalhistas e previdenciária	0	45	59

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02.02.04	Fornecedores	8.806	1.968	3.598
2.02.02.02.05	Passivo de arrendamento	1.135	1.326	106
2.02.03	Tributos Diferidos	24	16	11
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24	16	11
2.02.03.01.01	Pis e Cofins diferido	24	16	11
2.02.04	Provisões	35.878	20.562	6.905
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.604	997	171
2.02.04.02	Outras Provisões	34.274	19.565	6.734
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	34.274	19.565	6.734
2.03	Patrimônio Líquido	1.007.137	1.010.555	1.031.277
2.03.01	Capital Social Realizado	980.941	980.941	980.941
2.03.02	Reservas de Capital	13	72	36
2.03.04	Reservas de Lucros	26.183	29.542	50.300
2.03.04.01	Reserva Legal	17.984	16.984	13.882
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	8.199	12.558	36.418

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	547.564	517.977	431.662
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-481.017	-432.532	-333.796
3.02.01	Custo de construção	-353.908	-323.489	-244.583
3.02.02	Serviços	-34.756	-32.254	-27.250
3.02.03	Custo com pessoal	-24.569	-24.347	-22.707
3.02.04	Custo com o Poder Concedente	-6.895	-6.594	-6.319
3.02.05	Depreciação e amortização	-24.402	-16.352	-10.660
3.02.06	Materiais, equipamentos e veículos	-6.826	-6.110	-7.246
3.02.08	Provisão de manutenção	-16.487	-11.763	-4.988
3.02.09	Outros	-13.174	-11.623	-10.043
3.03	Resultado Bruto	66.547	85.445	97.866
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.611	-31.111	-23.624
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.611	-31.111	-23.624
3.04.02.01	Despesas com pessoal	-13.835	-12.990	-10.429
3.04.02.02	Serviços	-5.960	-5.498	-3.359
3.04.02.03	Indenizações	-1.610	-1.509	-1.006
3.04.02.04	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-1.368	-1.025	-716
3.04.02.05	Materiais, equipamentos e veículos	-2.013	-2.227	-851
3.04.02.06	Depreciação e amortização	-4.807	-3.611	-3.067
3.04.02.07	Gastos com viagens e estadias	-322	-284	-237
3.04.02.08	Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-494	-1.027	-1.417
3.04.02.09	Aluguéis de imóveis e condomínios	-183	-93	-71
3.04.02.10	Outras despesas (receitas) operacionais	-1.412	-2.021	-2.300
3.04.02.11	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-607	-826	-171
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.936	54.334	74.242
3.06	Resultado Financeiro	-10.080	14.887	58.087
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.856	69.221	132.329
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.857	-7.171	-25.900

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.999	62.050	106.429
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	19.999	62.050	106.429
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,02018	0,06326	0,1085
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,02018	0,06326	0,1085

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	19.999	62.050	106.429
4.03	Resultado Abrangente do Período	19.999	62.050	106.429

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	89.314	158.077	49.744
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	100.247	103.792	97.417
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	19.999	62.050	106.429
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.261	-3.358	-2.373
6.01.01.03	Depreciação e amortização	27.745	18.833	13.334
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado	10	15	3
6.01.01.05	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	254	300	40
6.01.01.06	Depreciação – Direito de uso em arrendamento	1.464	1.130	393
6.01.01.07	Rendimento de aplicação financeira	-12.002	-10.086	-36.382
6.01.01.08	Constituição da provisão de manutenção	16.487	11.763	4.988
6.01.01.09	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	2.639	1.068	353
6.01.01.10	Constituição líq. de rev. e atual. para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	2.263	13.455	10.596
6.01.01.11	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	-59	36	36
6.01.01.12	Juros e variações monetárias sobre debêntures	60.893	8.586	0
6.01.01.13	Capitalização de custo de empréstimos	-24.237	0	0
6.01.01.14	Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	2.530	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.933	54.285	-47.673
6.01.02.01	Contas a receber das operações	-1.105	-1.729	-3.464
6.01.02.02	Contas a receber de partes relacionadas	-15	894	-291
6.01.02.03	Tributos a recuperar	1.508	-4.244	1.148
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outros créditos	-120	-2.461	-8
6.01.02.05	Adiantamentos a fornecedores	0	195	-195
6.01.02.06	Fornecedores	-8.019	80.723	-30.479
6.01.02.07	Fornecedores de partes relacionadas	-2.440	-244	1.553
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	-343	398	357
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	6.046	11.584	25.891
6.01.02.10	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-6.133	-18.923	-31.182
6.01.02.11	Obrigações com o Poder Concedente	31	21	24

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.12	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-1.656	-12.629	-10.425
6.01.02.13	PIS e Cofins diferidos	8	5	4
6.01.02.14	Outras obrigações	1.305	695	-606
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-430.314	-318.453	23.219
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-44.051	-14.503	-33.440
6.02.02	Aquisição ao ativo intangível	-352.154	-401.403	-193.115
6.02.03	Outros de ativo imobilizado e intangível	163	2.567	1.981
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-34.272	94.886	247.793
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	316.186	226.828	-72.616
6.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-12.558	-70.877	-72.175
6.03.02	Arrendamento - pagamentos de principal	-1.677	-1.275	-441
6.03.04	Debêntures (captações - liquidas de custos de transação)	369.266	298.980	0
6.03.05	Debêntures (pagamento de juros)	-38.845	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.814	66.452	347
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	201.651	135.199	134.852
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	176.837	201.651	135.199

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	980.941	72	29.542	0	0	1.010.555
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	980.941	72	29.542	0	0	1.010.555
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-59	-12.558	0	0	-12.617
5.04.06	Dividendos	0	0	-12.558	0	0	-12.558
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	-59	0	0	0	-59
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.199	0	9.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.999	0	19.999
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-10.800	0	-10.800
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.199	-9.199	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	9.199	-9.199	0	0
5.07	Saldos Finais	980.941	13	26.183	0	0	1.007.137

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	980.941	36	50.300	0	0	1.031.277
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	980.941	36	50.300	0	0	1.031.277
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	36	-36.418	0	0	-36.382
5.04.06	Dividendos	0	0	-36.418	0	0	-36.418
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	36	0	0	0	36
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.660	0	15.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.050	0	62.050
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-46.390	0	-46.390
5.05.02.06	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-46.390	0	-46.390
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	15.660	-15.660	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	15.660	-15.660	0	0
5.07	Saldos Finais	980.941	72	29.542	0	0	1.010.555

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	980.941	0	30.252	0	0	1.011.193
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	980.941	0	30.252	0	0	1.011.193
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	36	-21.692	0	0	-21.656
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.692	0	0	-21.692
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	36	0	0	0	36
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-12.233	53.973	0	41.740
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	106.429	0	106.429
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-12.233	-52.456	0	-64.689
5.05.02.06	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-52.456	0	-52.456
5.05.02.07	Dividendos	0	0	-12.233	0	0	-12.233
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	41.740	-41.740	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	41.740	-41.740	0	0
5.07	Saldos Finais	980.941	36	38.067	12.233	0	1.031.277

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	566.062	536.624	449.407
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	565.837	536.346	449.380
7.01.02	Outras Receitas	225	278	27
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-443.807	-403.923	-308.259
7.02.04	Outros	-443.807	-403.923	-308.259
7.02.04.01	Custo de construção	-353.908	-323.489	-244.583
7.02.04.03	Custos dos serviços prestados	-59.737	-55.009	-49.630
7.02.04.04	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-13.675	-13.662	-9.058
7.02.04.05	Provisão de manutenção	-16.487	-11.763	-4.988
7.03	Valor Adicionado Bruto	122.255	132.701	141.148
7.04	Retenções	-29.209	-19.963	-13.727
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.209	-19.963	-13.727
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	93.046	112.738	127.421
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.369	25.099	58.634
7.06.02	Receitas Financeiras	32.369	25.099	58.634
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	125.415	137.837	186.055
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	125.415	137.837	186.055
7.08.01	Pessoal	31.532	31.139	28.053
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.162	19.770	18.269
7.08.01.02	Benefícios	11.678	9.867	8.143
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.692	1.502	1.386
7.08.01.04	Outros	0	0	255
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.769	31.508	48.725
7.08.02.01	Federais	18.190	20.870	38.486
7.08.02.02	Estaduais	70	74	66
7.08.02.03	Municipais	10.509	10.564	10.173
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.115	13.140	2.848
7.08.03.01	Juros	42.400	10.127	520

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.02	Aluguéis	2.715	3.013	2.328
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	19.999	62.050	106.429
7.08.04.02	Dividendos	10.800	46.390	64.689
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.199	15.660	41.740

Relatório da administração **Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "CCR ViaCosteira"), juntamente com as demonstrações financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia é uma sociedade anônima aberta domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Leonete Frontina Alves, 190 - KM 325,5 - BR-101, Bairro Vila Flor na cidade de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 7 de agosto de 2050, a exploração da Rodovia de Integração do Sul, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,420 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 06 julho de 2020.

A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 7 de fevereiro de 2021.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio.

1.3 Destaques de 2025

Em agosto de 2025 a Companhia completou 5 anos de concessão com um montante investido de mais de R\$ 1 bilhão em serviços, operações e obras, em um trajeto de mais de 220 quilômetros entre Paulo Lopes e Passo de Torres.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os destaques para 2025 foram as obras realizadas na Rod. BR101. Foram concluídos 7,5 km de marginais e estão em andamento mais 9,14 kms. Também estão em andamento três obras de alta complexidade: os dispositivos em desnível nos kms 246, 251 e 261.

1.4 Volume de tráfego

A arrecadação da tarifa de pedágio iniciou em 2 de maio de 2021 nas 4 praças de pedágio com cobranças bidirecionais nos municípios de Laguna, Tubarão, Araranguá e São João do Sul.

Apresenta-se, abaixo, o resultado de tráfego acumulado de 2025 e sua comparação com o ano de 2024.

Em Unidades	2025	2024	Var. %
Veículos Leves (Veq ¹)	34.544.479	34.755.990	-0,61%
Veículos Pesados (Veq ¹)	53.241.386	52.168.733	2,06/%
Total Veículos Equivalentes (Veq¹)	87.785.865	86.924.723	0,99%

1) Veq - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados/comerciais (como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados.

Tráfego consolidado (0,99%)

O tráfego consolidado de 2025 registrou crescimento de 0,99% em relação ao ano anterior. A comparação entre os períodos é impactada pelos efeitos da catástrofe climática que afetou o Rio Grande do Sul (RS) em maio/2024. Os meses pós-enchentes (2º semestre de 2024) foram marcados por aumento do tráfego na BR-101/SC, represado durante o período da catástrofe e pela reorganização dos fluxos de tráfego da região com a reconstrução dos danos causados no estado do RS.

Veículos de passeio ou leves (-0,61%)

O tráfego de veículos de passeio em 2025 apresentou queda de -0,61% em relação ao ano anterior, sob influência preponderante da base de comparação no 2º semestre de 2024 que tem os impactos pós-catástrofe climática do RS. Além desse fator principal, o tráfego foi impactado ao longo do ano por condições climáticas em geral menos favoráveis ao tráfego sazonal e turístico (temperaturas menores e maior precipitação).

Veículos comerciais ou pesados (2,06%)

O tráfego comercial em 2025 apresentou crescimento de 2,06% em relação ao ano anterior. Assim como no passeio, há influência da base de comparação no trimestre de 2024 que foi impactada pelos eventos pós-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

catástrofe climática do RS, notadamente dos esforços de reconstrução do estado do RS. Entretanto, mesmo com a influência da base de comparação o comercial demonstrou crescimento vinculado ao crescimento econômico da região Sul nos setores de indústria e comércio.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Desempenhos

Em 2025 obteve um decréscimo de -15,01% no EBITDA quando comparado com o ano anterior.

Em 2025, houve uma redução de 67,77% no lucro líquido, o qual atingiu R\$ 19.999 no exercício. Esse resultado foi devido ao reflexo do aumento dos custos.

Em R\$ mil	2025	2024	Var. %
Receita líquida	547.564	517.977	5,71%
Receita de pedágio	211.524	212.680	-0,54%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	353.908	323.489	9,40%
Outras receitas	405	177	128,81%
(-) Deduções da receita bruta	(18.273)	(18.369)	-0,52%
(-) Custos e despesas (a)	(513.628)	(463.643)	10,78%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(353.908)	(323.489)	9,40%
Demais custos e despesas	(159.720)	(140.154)	13,96%
Resultado antes Resultado Financeiro	33.936	54.334	-37,54%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(10.080)	14.887	-167,71%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.857)	(7.171)	-46,21%
Lucro líquido	19.999	62.050	-67,77%
(-) Resultado financeiro líquido	10.080	(14.887)	-167,71%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	3.857	7.171	-46,21%
EBIT	33.936	54.334	-37,54%
Margem EBIT	6,20%	10,49%	-40,92%
Margem EBIT ajustada (b)	26,04%	33,99%	-23,39%
(+) Depreciação/amortização	29.209	19.963	46,32%
EBITDA	63.145	74.297	-15,01%
Margem EBITDA	11,53%	14,34%	-19,60%
Margem EBITDA ajustada (c)	41,12%	44,25%	-7,07%
Investimentos (d)	(435.316)	(415.906)	84,05%
Veículos equivalentes (em milhares)	87.786	86.925	0,99%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas.
- (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção.
- (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.
- (d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2025 e 2024, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.2 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 2 de maio de 2024 a 01 de maio 2025, o valor da Tarifa Básica de Pedágio

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O TDP determinada pelo referido órgão foi de R\$ 2,40 (dois reais e cinquenta centavos), conforme Decisão Nº 206, de 23 de maio de 2024.

Em 2025, o total de veículos pedagiados foi de 46.570.479 veículos ou 87.785.865 em veículos equivalentes bidirecionais nas 4 praças de pedágio.

A receita operacional da Companhia em 2025, considerando a receita de pedágio e a receita de construção totalizou R\$ 565.837. Em 2024, a receita operacional totalizou R\$ 536.346.

Valores em R\$ Mil	2025	2024	Var. %
Receita de Pedágio	211.524	212.680	-0,54%
Receita de Construção	353.908	323.489	9,40%
Receitas Acessórias e Extraordinárias	405	177	128,81%
Receita Bruta Total	565.837	536.346	5,50%

Receita de Pedágio: Em 2025, observou-se uma redução em 0,54% da receita, apesar do aumento de 0,99% em eixos equivalentes. Essa queda decorre da redução ocorrida em junho de 2024, quando a tarifa passou de R\$2,50 para R\$2,40. Consequentemente, mesmo com o maior fluxo, a receita apresentou diminuição.

Receita de construção: Em 2025 os investimentos aumentaram em 9,40% em relação ao ano anterior, conforme cronograma do Plano de Exploração da Rodovia e no contrato de concessão, descritos no item 2.7 Investimentos.

2.3 Custos e despesas totais

Os custos totais em 2025 foram de R\$ 513.628, dos quais R\$ 159.720 são custos operacionais e contratuais e R\$ 353.908 são custo de construção.

Valores em R\$ Mil	2025	2024	Var. %
Custo de construção	(353.908)	(323.489)	9,40%
Custos e despesas com pessoal	(54.688)	(47.435)	15,29%
Materiais, equipamentos e veículos	(8.839)	(8.337)	6,02%
Serviços de terceiros	(40.716)	(37.752)	7,85%
Outros custos e gastos gerais	(14.539)	(14.142)	2,81%
Custos capitalizados	16.284	10.098	61,26%
Custos contratuais	(11.526)	(10.860)	6,13%
Provisão de manutenção	(16.487)	(11.763)	40,16%
Depreciação e amortização	(29.209)	(19.963)	46,32%
Total custos e despesas	(513.628)	(463.643)	10,78%

Custo de construção: No ano 2025 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 9,40% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de Exploração da Rodovia e no contrato de concessão, descritos no item 2.7 Investimentos.

Relatório da Administração/Comentário de Desempenho

Custo e despesas com pessoal: No ano de 2025 a Companhia possui 230 colaboradores, dos quais em uma decisão para melhorar a performance na arrecadação no período de verão, cerca de 98 arrecadadores foram terceirizados. Adicionalmente, houve um aumento de despesas administrativas relacionadas ao rateio de despesas compartilhadas entre a Companhia e a Motiva.

Materiais, equipamentos e veículos: Os principais custos de materiais, equipamentos e veículos em 2025 foram relacionados aos veículos, manutenção e combustíveis devido aos aumentos de preço e aumento do consumo de Etanol compatível com a agenda ESG da Motiva.

Serviços de terceiros: O aumento de 7,85% decorre, principalmente, do fato de que os serviços de conservação, que até agosto de 2025 eram capitalizados e passaram a ser registrados diretamente como custo a partir dessa data, além disso contribuíram para essa elevação o aumento nas despesas administrativas relacionadas ao rateio de custos compartilhados entre a Companhia e a Motiva.

Gastos gerais e outros custos: O aumento de 2,81% é decorrente de indenizações e provisões jurídicas.

Custos capitalizados: O aumento dos custos capitalizados em 61,26% é decorrente do reflexo das obras realizadas conforme cronograma, onde os custos das equipes das engenharias, que atuam diretamente nas obras, são capitalizados.

Custos contratuais: São obrigações estabelecidas no contrato de concessão, dentre elas, podemos destacar em 2025, a verba de fiscalização paga mensalmente à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e os diversos seguros incorridos, tais como, o seguro patrimonial (*all risks*), o seguro de risco de engenharia das obras em execução, e os seguros de responsabilidade civil e garantia.

Provisão de manutenção: O aumento de 40,16% de 2025 em relação ao ano anterior é decorrente dos pavimentos provisionados em ciclos de 4 a 4 anos, proporcional ao crescimento do tráfego projetado para o mesmo período. A primeira manutenção está prevista para ser realizada em 2026.

Depreciação e amortização: Aumento de depreciação e amortização em 2025 devido as finalizações de obras e investimentos.

2.4 EBITDA e EBIT

O EBITDA em 2025 reduziu 15,01% em relação a 2024, totalizando R\$ 63.145. A margem EBITDA em 2025 é de 41,12%, reduzindo 3,13p.p. em relação a 2024, devido principalmente ao aumento de despesas administrativas relacionadas ao rateio de despesas compartilhadas entre a Companhia e a Motiva.

Reconciliação do EBITDA Ajustado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Valores em R\$ Mil	2025	2024	Var. %
Lucro Líquido	19.999	62.050	-67,77%
(+) IR/CS	3.857	7.171	-46,21%
(+) Resultado Financeiro	10.080	(14.887)	-167,71%
(+) Depreciação e Amortização	29.209	19.963	46,32%
EBITDA	63.145	74.297	-15,01%
Margem EBITDA (a)	11,53%	14,34%	-281,17%
(+) Provisão de Manutenção (b)	16.487	11.763	40,16%
EBITDA Ajustado	79.632	86.060	-7,47%
Margem EBITDA Ajustada (c)	41,12%	44,25%	-3,13p.p.

Reconciliação do EBIT

Valores em R\$ Mil	2025	2024	Var. %
Lucro Líquido	19.999	62.050	-67,77%
(+) IR/CS	3.857	7.171	-46,21%
(+) Resultado Financeiro	10.080	(14.887)	-167,71%
EBIT	33.936	54.334	-37,54%
Margem EBIT (a)	6,20%	10,49%	-429,20%
(+) Provisão de Manutenção (b)	16.487	11.763	40,16%
EBIT Ajustado	50.423	66.097	-23,71%
Margem EBIT Ajustada (d)	26,04%	33,99%	-7,95p.p.

- (a) Cálculo efetuado segundo instrução CVM n.º 156/2022.
- (b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenções periódicas das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa nas informações financeiras intermediárias.
- (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas operacionais, o que exclui a receita de construção.
- (d) As margens EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

2.5 Captações de Recursos

Em setembro de 2025, houve a realização da 2ª Emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$ 370.000, com remuneração de CDI + 0,38%, prazo de vencimento de 3 (três) anos contados da data de emissão, para financiar as obras de ampliação da Concessionária.

2.6 Resultado financeiro líquido

Valores em R\$ Mil	2025	2024	Var. %
Despesas Financeiras	(42.449)	(10.212)	315,68%
Juros sobre Debêntures	(60.893)	(8.586)	609,21%
Despesas de prestação de garantias em emissão de dívidas	(2.530)	-	0,00%
Capitalização de custo dos empréstimos	24.237	-	0,00%
Atualização AVP Provisões Contábeis	(2.893)	(1.368)	111,48%
Taxas, Comissões e Outras Desp. Financeiras	(370)	(258)	43,41%
Receitas Financeiras	32.369	25.099	28,97%
Rendimento de Aplic. Financeiras	30.462	24.288	25,42%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Juros e outras receitas financeiras	1.907	811	135,14%
Resultado Financeiro Líquido	(10.080)	14.887	-167,71%

Em 2025, os rendimentos das aplicações financeiras foram superiores ao ano de 2024, mas, a principal variação se refere a despesas financeiras, onde foi realizado o pagamento da 1ª e 2ª amortização de juros referente a 1ª emissão de debentures que foi emitida em setembro de 2024.

2.7 Investimentos

Em 2025, os investimentos realizados totalizaram R\$ 435.316, devido a conclusão das vias marginais no sentido Sul nos kms 413,2 ao 415,2; 327,5 ao 328,83; 282,7 ao 284,03; 287,5 ao 288,04 e no sentido Norte entre os kms 286,65 ao 285,8 e 289,3 ao 288,5, totalizando 7,05 km. Ainda foram concluídas as obras de rotatória em nível nos kms 353,7 e 355,6 N/S, também foram executadas as passarelas nos kms 325, 416 e 417, alargamento de OAE no km 259, além de pequenas obras de adequações de faixas de aceleração e desaceleração e a eliminação de conflitos frontais solucionados com a marginal em binário e obras de pequena complexidade como canalizações de tráfego e melhorias de acesso.

Estão em andamento as obras de implantação de dispositivo em desnível nos kms 246, 251 e 261, também marginais no sentido Sul localizadas nos kms 249,78 ao 250,42; 268,96 ao 269,08; 269,42 ao 269,98; 332,07 ao 332,77; 251,7 ao 252,3; 252,35 ao 252,92 e no sentido Norte as marginais localizadas nos kms 252,15 ao 251,6; 324,1 ao 320,15 e 414,65 ao 413,2 , além da implantação de dispositivos de segurança, a 1ª intervenção em obras de artes especiais, implantação de iluminação viária e a restauração do pavimento ao longo de todo o trecho concedido.

Investimentos (R\$ mil)	2025	2024
Praças de Pedágio/ Bases/ SAU's/ PGFs	1.383	1.522
Serviços no Pavimento	98.988	93.650
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	4.221	20.045
Obras de Arte Especiais	14.418	11.783
Meio Ambiente e Desocup. Fx de Domínio	331	3.088
Obras de Ampliação de Capacidade	195.741	191.434
Restauração de Taludes	2.620	690
Equipamentos e outros	85.735	17.311
Elétrica	31.663	10.022
Total	435.100	349.545

2.8 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (lei n.º 6.404/1976).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2 de abril de 2025, conforme aprovado através da Ata de Assembleia Ordinária (AGO/E), a distribuição de dividendos no valor de R\$ 12.558 que foram pagos em 30 de abril de 2025.

Em 12 de dezembro de 2025, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 2.800, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024, correspondente ao montante líquido de R\$ 2.380, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 420, a serem pagos quando oportuno.

2.9 Planejamento empresarial

A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas com maior crescimento econômico do Brasil, com uma das menores taxas de desemprego do país e o 6º maior PIB entre os estados brasileiros, impulsionado pelo setor de serviços, indústria e agropecuária.

2.10 Gestão pela qualidade total

Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Concessionária em 2022 conquistou a certificação da ISO 9.001 – Gestão da Qualidade, 14.001 – Gestão de Meio Ambiente e 39.001 – Gestão de Segurança Viária.

2.11 Recursos humanos

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 230 pessoas de forma direta, sendo, 188 atuando em áreas operacionais e 42 no administrativo.

3. Indicadores operacionais

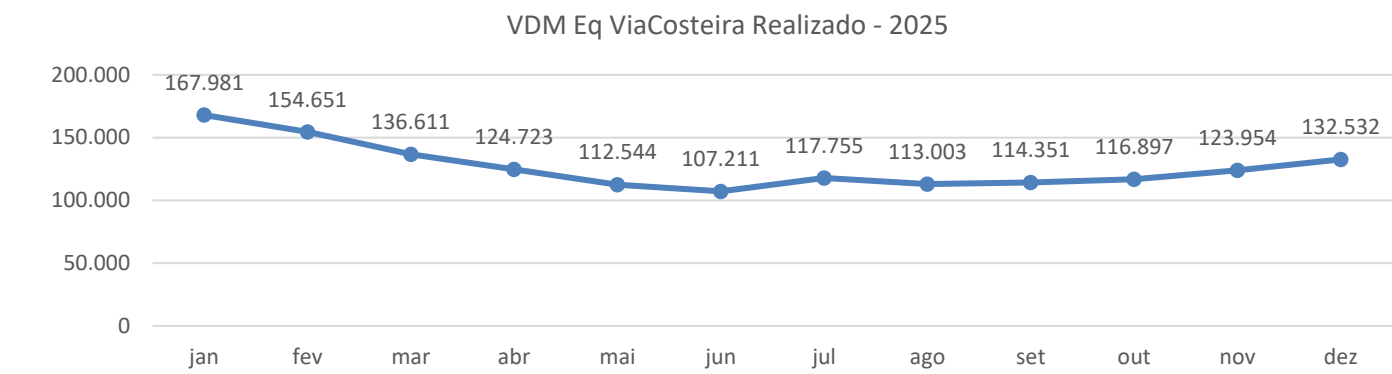
3.1 Caracterização do tráfego

3.1.1 Volume

No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM) de 2025, que totalizou 126.561 veículos médio diário. Observa-se que, entre os meses de maio e junho, condições climáticas atípicas, caracterizadas por chuvas acima da média histórica e episódios de frio intenso impactaram negativamente o tráfego.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Varição mensal de volume no ano base

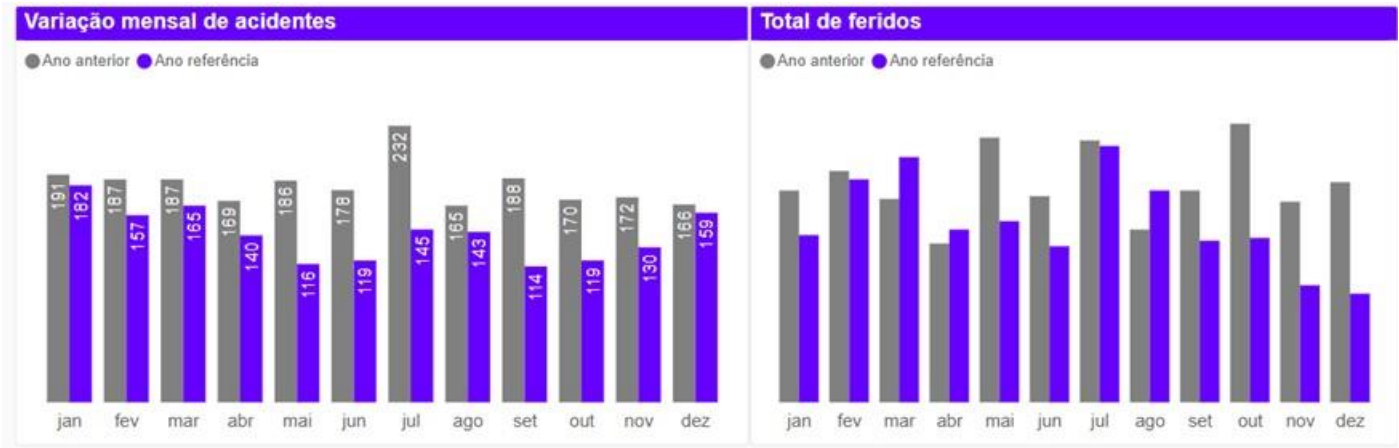


3.2 Segurança no trânsito

3.2.1 Acidentes

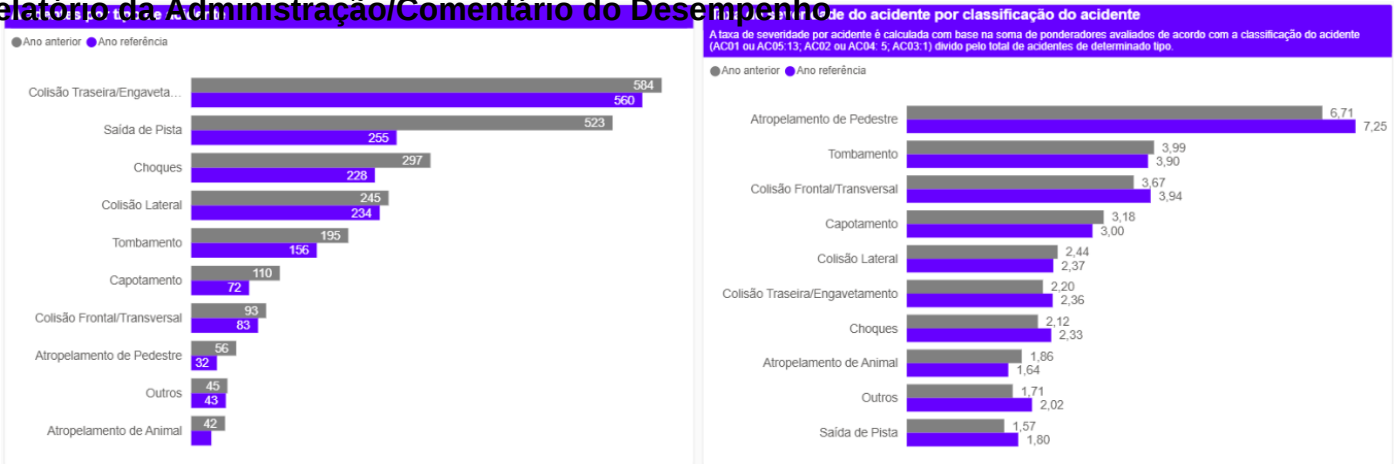
Os gráficos a seguir apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no ano de 2025 no trecho concedido, classificados por gravidade, pelo total de pessoas envolvidas e pela quantidade de sinistros por tipo de veículo.

Varição mensal de acidentes e total de feridos



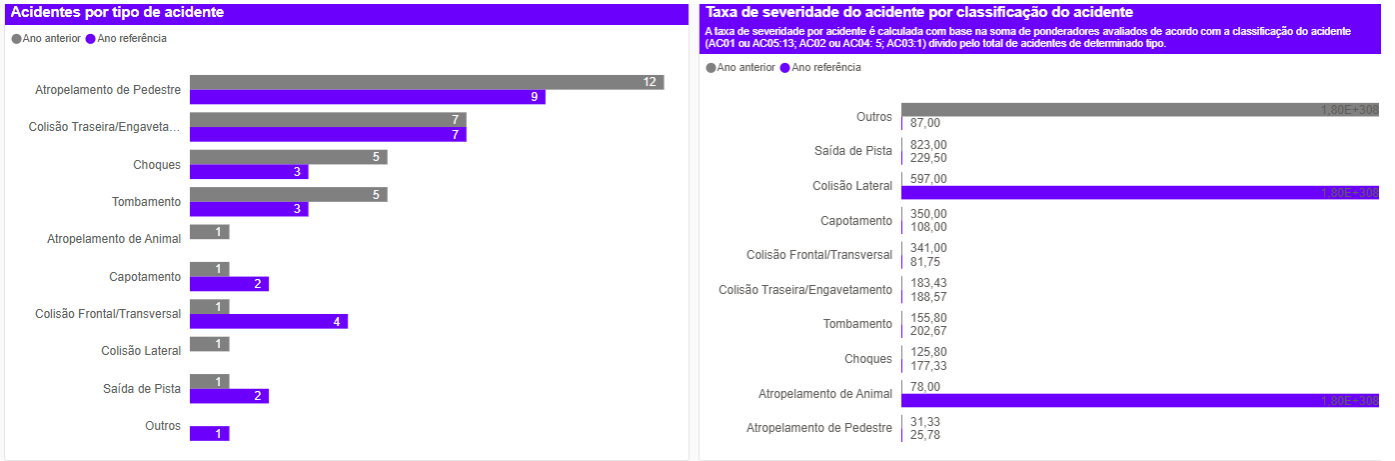
Varição por tipo de acidente e taxa de severidade por classificação do acidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Nos quadros abaixo demonstramos a evolução no número de acidentes com vítimas fatais dentro do ano de 2025 com destaque para junho que não houve registros de mortes no período.



3.3 Dados de operação da concessão

3.3.1 Veículos alocados

Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (220 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	5	2,27
Guincho Leve	4	1,82
Guincho Pesado	2	0,91
Ambulância Tipo C	4	1,82
Ambulância Tipo D	2	0,91
Supervisão	1	0,45
Pipa	2	0,91
Munck	2	0,91
Caminhão Boiadeiro	2	0,91
BobCat	2	0,91
Total de veículos operacionais	26	11,82
Administração	31	14,09
Pedágio	1	0,45
Segurança de trabalho	1	0,45
Manutenção	3	1,36
Total de veículos de apoio	36	16,35
Total	62	28,18

3.3.2 Funcionários alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão

Funcionários	Qtd 2025	Qtd/VDMA x 10.000
Gerente Operações + Coordenador Operações	2	0,08
Conservação de Rotina	2	0,08
CCO	1	0,04
Engenharia	55	2,29
Tecnologia e Manutenção	9	0,37
Administrativo (+ Auxiliar Serviços Gerais)	40	1,66
Tráfego	26	1,08
Pedágio	86	3,58
Pesagem	9	0,37
Total Geral	230	9,55

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do exercício atual.

Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício, e o acumulado contempla o mesmo valor desde o início da concessão em 6 de julho de 2020.

3.4.1 Receita (em R\$ mil)

O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

Receita	Em 2025	Acumulado
Receitas de pedágio	211.524	918.579
Receitas acessórias	405	744
Total das receitas	211.929	919.323

3.4.2 Investimentos

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Companhia no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

Investimentos	Em 2025	Acumulado
Adição do intangível	387.828	1.434.624
Adição de imobilizado	47.488	131.572
Total dos investimentos	435.316	1.566.196

3.4.3 Custos e despesas operacionais

Custos e Despesas Operacionais	Em 2025	Acumulado
Custos Operacionais (sem "Outras Receitas\Despesas Operacionais")	110.825	428.513
Despesas Operacionais (sem "Outras Receitas\Despesas Operacionais")	49.198	160.674
Total dos custos	160.023	589.187

3.4.4 ISS pagos

A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ISS Pagos	Em 2025	Acumulado
Pedágio	10.500	45.540
Acessória	0	0
ISS Total	10.500	45.540

3.4.5 Tarifas

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio R\$ 2,40 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de Pedágio	Cobrança	AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
		1,00	2,00	1,50	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	0,50
Araranguá	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20
Laguna	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20
São João do Sul	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20
Tubarão	2,40	2,40	4,80	3,60	4,80	7,20	9,60	12,00	14,40	16,80	19,20	21,60	24,00	1,20

3.4.6 Concessionária em números

Dados anuais	ViaCosteira	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	220	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	46.570.479	
Veículos leves	34.794.045	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos isentos	446.927	Base SUAT
Número de praças de pedágios	4	
Tarifa	2,40	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	220	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	240.509	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário		Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VDR>=47 para BR-101/SC	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	HS > 0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	211.524	Expresso em milhares de reais

3.4.7 Fator capital

Despesas de Depreciação e Amortização	29.209	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	311.531	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	1.874.316	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Série histórica dos investimentos	1.316.015	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,32 % a.a.	WACC Regulatório

3.4.8 Fator trabalho

Número de Trabalhadores		230
Operacional		188
Administrativo		42

Despesas de Pessoal		38.404
Operacional		24.569
Administrativo		13.835

Número de trabalhadores e Despesas de pessoal: por tipo de atividade e por categoria de trabalho.

3.4.9 Fatores Intermediários

Fatores Intermediários		2025
Despesas em Administração		13.835
Despesas em Manutenção		2.013
Outras Despesas		5.996

Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação.

3.4.10 Seguridade

Quantidade de Acidentes	
Acidente c/ vítimas feridas	581
Acidentes sem vítimas	1079
Acidentes com mortos	31
Vítimas feridas	681
Número de mortos	32

3.4.11 Indicadores

Indicadores		
Receita por eixo equivalente	R\$ 2,41	Considerados receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 1,82	Considerados custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

3.4.12 Balanço social

	2025	2024
Faturamento bruto	565.837	536.346
Receita líquida (RL)	547.564	517.977
Resultado operacional (RO)	33.936	54.334
Folha de pagamento bruta (FPB)	38.404	37.337

3.4.13 Indicadores Sociais Internos

	2025	2024	% Sobre FPB - 2025	% sobre RL - 2025

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Alimentação	2.522	2.349	6,57%	0,46%
Encargos sociais	8.191	9.472	21,33%	1,50%
Previdência Privada	103	108	0,27%	0,02%
Saúde	4.037	3.318	10,51%	0,74%
Segurança e saúde no trabalho	0	0	0,00%	0,00%
Educação	1	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	81	108	0,21%	0,01%
Creches ou auxílio creches	280	300	0,73%	0,05%
Participação dos lucros ou resultados	6.997	6.604	18,22%	1,28%
Outros	5.019	4.899	13,07%	0,92%
Total - Indicadores Sociais Internos	27.231	27.158	70,91%	4,98%

3.4.14 Indicadores Sociais Externos

	2025	2024	% Sobre FPB - 2025	% sobre RL - 2025
Tributos (exceto encargos sociais)	19.850	28.861	75,15%	5,27%
Total - Indicadores sociais externos	19.850	28.861	75,15%	5,27%

3.4.15 Indicadores Ambientais

	2025	2024
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	1.1437	2.629
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	0	40
Total de investimentos em meio ambiente	1.1437	2.669

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

- () Não possui metas
 () Cumpre de 0 a 50%
 () Cumpre de 50 a 75%
 (x) Cumpre de 75 a 100%

3.4.16 Indicadores do Corpo Funcional

	2025	2024
Nº de colaboradores ao final do período	230	311
Tempo de serviço		
até seis meses	9%	14%
de seis meses a um ano	13%	15%
entre um e dois anos	18%	42%
entre dois e cinco anos	46%	27%
mais de cinco anos	13%	2%
Nº de admissões durante o período	83	156
Nº de demissões durante o período	158	201
Nº de colaboradores terceirizados (*)	785	487
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	2	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	20	43
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	138	182
Nº de colaboradores acima de 45 anos	70	86
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	130	173
% de cargos de liderança ocupados por mulheres	12%	35%
Remuneração paga a mulheres no período	273.678	307.805

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	13	17
% de cargos de liderança ocupados por negros	3%	7%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	4	3
Total de horas extras trabalhadas	1.975	2.367
Total de INSS pagos	3.057	5.826
Total de FGTS pago	1.692	1.502
Total de IR recolhido no período	1.162	7.589
Total de CSLL recolhido no período	434	2.940
Total de PIS recolhidos no período	1.381	1.384
Total de COFINS recolhidos no período	6.373	6.390
Total de outros tributos recolhidos no período	10.500	10.558

3.4.17 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2025	2024
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	2,0%	2,0%
Número total de acidentes de trabalho	5	7

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

☐ direção

☒ direção e gerencias

☐ todos os colaboradores

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:

☒ direção e gerencias

☐ todos os colaboradores

☐ todos + CIPA

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:

☐ não se envolve

☒ segue as normas da OIT

☐ incentiva as normas da OIT

A previdência privada contempla:

☐ direção

☐ direção e gerencias

☒ todos os colaboradores

A participação nos lucros ou resultados contempla:

☐ direção

☐ direção e gerencias

☒ todos os colaboradores

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:

☐ não são considerados

☐ são sugeridos

☒ são exigidos

☐ não se envolve

Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:

☐ apoia

☒ organiza e incentiva

	2025	2024
% de reclamações e críticas solucionadas:	100%	100%
Valor adicionado total a distribuir	125.415	138.209

Distribuição do Valor Adicionado	2025	2024
% governo	23%	23%
% acionistas	16%	45%
% colaboradores	25%	23%
% terceiros	36%	10%
% retido	0%	0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Demais assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

4.2 ESG

4.2.1 Sustentabilidade

A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável.

Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

da eletrificação e uso de soluções power-to-x, e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: Relatório Coalizão Transportes – Completo.

Além disso, a Companhia participou da COP30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da *Blue Zone*, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono.

No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG *Protocol*. Além disso, registrou avanço significativo no Índice CSA (*Corporate Sustainability Assessment*) da S&P Global em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de ratings e avaliações externas.

Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas — incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes — disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do *International Integrated Reporting Council* -Relato Integrado (IIRC), *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). A edição mais recente está disponível em: www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/.

4.2.2 Iniciativas voluntárias

A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota frameworks internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa.

Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável.

Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a Companhia é adepta ao CDP, *GHG Protocol* e à *Science Based Targets Initiative* (SBTi).

Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a Companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais.

4.2.3 Meio Ambiente

Na Motiva, a gestão ambiental é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com foco na redução de impactos negativos e na ampliação dos positivos em nossas operações e cadeia de valor. Essa premissa permeia toda a gestão dos negócios, abrangendo plataformas de rodovias, trilhos e aeroportos, e contribui para a construção de uma economia de baixo carbono. Para isso, a empresa se apoia em diretrizes corporativas, como a Política de Sustentabilidade, lançada em 2025, e a Política de Mudanças Climáticas, além de fortalecer iniciativas locais por meio do Sistema de Gestão Ambiental, um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado.

A Estratégia Climática é um tema material para a Motiva, que se destaca no setor ao divulgar planos de adaptação para 100% dos seus ativos. Para esse trabalho, a Motiva analisou os impactos das mudanças climáticas até 2050, considerando dois cenários do IPCC (SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Foram avaliados riscos físicos (ondas de calor, seca, incêndios, deslizamentos, ventos fortes, inundações e tempestades) e riscos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de transição (mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico). A análise abrangeu rodovias, estações ferroviárias e aeroportos, identificando concessões mais críticas e estimando impactos financeiros.

Tempestades representam a principal ameaça para todos os negócios, seguidas por inundações e deslizamentos em rodovias, e ondas de calor em trilhos e aeroportos. Em 2025, a Companhia definiu aproximadamente 5 mil planos de adaptação para seus ativos com riscos mais críticos identificados, atingindo sua meta com três meses de antecedência. Os próximos passos incluem priorizar ações e incorporá-las aos investimentos da Motiva, com conclusão prevista para o 1º trimestre de 2026 e integração ao orçamento de 2027.

No que se refere à mitigação das mudanças climáticas, entre 2025 e 2029, a Motiva implementará um projeto para substituir 130 veículos a diesel por modelos elétricos, híbridos e movidos a etanol. Essa transição resultará em uma redução estimada de 4.734 toneladas de CO₂ no período, reforçando o compromisso com a mobilidade sustentável.

Além disso, como parte da estratégia de compensação, a Motiva adquiriu créditos de carbono provenientes das Reservas Votorantim, seguindo a metodologia PSA Carbonfloor. Foram realizadas duas operações: a primeira com 67 mil créditos e a segunda com aproximadamente 27 mil créditos, garantindo rastreabilidade e integridade ambiental.

Em termos de biodiversidade, a Motiva firmou parceria com a SOS Mata Atlântica para restaurar florestas nativas e promover a sustentabilidade. O projeto contempla a recuperação de áreas nas bacias do Médio Tietê e do Médio Paraíba do Sul, com o plantio de aproximadamente 40 mil árvores em 16 hectares. Além de contribuir para a biodiversidade, a iniciativa apoia a captura de carbono da atmosfera, com previsão de 2.574 toneladas de CO₂ até 2032 e 4.196 toneladas até 2035, alinhando-se à estratégia de neutralidade de carbono da empresa.

A empresa também apoia a criação de uma unidade de conservação em Lajeado, com 1.290 hectares de restauração florestal e o plantio de 2 milhões de mudas, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a captura de carbono. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a sustentabilidade ao aderir à iniciativa global de proteção à biodiversidade liderada pela TNFD (*Taskforce on Nature-related Financial Disclosures*), consolidando sua atuação na gestão de riscos e oportunidades relacionados à natureza. Essa adesão orientará a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN ou NBS – *Nature-Based Solutions*) como estratégia para compensar os impactos do negócio.

No primeiro ano, o estudo concentrou-se nas rodovias. Em 2026, será expandido para os trilhos, incluindo a valoração dos impactos e a análise da cadeia de valor para ambos os modais.

A Política de Mudanças Climáticas, revisada no final de 2024 e aprovada em 2025, estabelece compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação

Relatório da Administração/Comentário de Desempenho

aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações. Essa política reafirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris. Em linha com essa estratégia, a Motiva também criou sua própria comercializadora de energia elétrica, reforçando a transição para fontes renováveis e a descarbonização das operações.

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos da Motiva, com base nas recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD).

Outros destaques e informações podem ser consultados no site: www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/.

4.4 Instituto Motiva

Em 2025, o Instituto Motiva – evolução do Instituto CCR – lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R\$ 81,7 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram cerca de 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R\$ 1 bilhão.

Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R\$ 381,7 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 550 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro. Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio Concerto.

Saiba mais em: www.motiva.com.br/instituto/

4.5 Considerações Finais

4.5.1 Auditores Independentes

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em atendimento à determinação da Resolução CVM/PP-162, de 13 de julho de 2022 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.5.2 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

4.5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"), emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

4.5.4 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Capivari de Baixo, 5 de março de 2026.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Leonete Frontina Alves, 190 – KM 325,5 -BR-101, Bairro Vila Flor na cidade de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 7 de agosto de 2050, a exploração da Rodovia de Integração do Sul, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 06 julho de 2020.

A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 7 de fevereiro de 2021.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do

Notas Explicativas

Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou

Notas Explicativas

aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 5 de março de 2026 foi autorizada pelo Conselho da administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 14. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 15. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
- 19. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

Notas Explicativas

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17.

3.2. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Notas Explicativas

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativo financeiro a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Notas Explicativas

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.4. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Notas Explicativas

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.5. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item 3.12.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Notas Explicativas

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.7. Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.8. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam

Notas Explicativas

diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.9. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de

Notas Explicativas

incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.11. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

Notas Explicativas

3.12. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função do contrato de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Notas Explicativas

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego para o segmento de rodovias como base para a amortização.

3.13. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de Santa Catarina e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.14. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.15. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.16. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e

Notas Explicativas

- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.17. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Motiva:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Notas Explicativas

3.18. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

Notas Explicativas

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições

Notas Explicativas

financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, e 19.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9 e 19.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures	98.973	398.382	424.498	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	68.308	770	1.730	2.877	3.429
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	2.633	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	32.754	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	593	-	-	-	-

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	752	1.155
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	176.085	200.496
Total	176.837	201.651

Aplicações financeiras	2025	2024
Circulante	134.694	88.420
Aplicações financeiras (a)	134.694	88.420
Total	134.694	88.420

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,73% do CDI, equivalente a 14,56% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (100,95% do CDI, equivalente a 10,98% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

7. Contas a receber**7.1. Contas a receber líquidas**

	2025	2024
Circulante	16.636	15.531
Contas a receber das operações (a)	16.636	15.531
Total	16.636	15.531

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão.

7.2. Aging dos contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Crédito a vencer	16.636	15.505
Créditos vencidos até 60 dias	-	26
Total	16.636	15.531

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.856	69.221
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(8.111)	(23.535)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	3.672	15.772
Despesas indedutíveis	(91)	(243)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(36)	(23)
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativo ao imposto de renda	106	586
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	580	238
Outros ajustes tributários	23	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.857)	(7.171)
Impostos correntes	(1.596)	(10.529)
Impostos diferidos	(2.261)	3.358
Alíquota efetiva de impostos	16,17%	10,36%

Notas Explicativas**8.2. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	15.912	9.850
Constituição da provisão de manutenção	13.155	6.652
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.175	1.237
Despesas pré-operacionais (a)	265	1.059
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	545	339
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e Cofins	394	324
Plano de Incentivo de Longo Prazo	233	181
Arrendamento	73	58
Provisão para fornecedores	72	-
Compensação de imposto ativo	(8.641)	(318)
Impostos ativos após compensação	7.271	9.532
Passivo	(8.641)	(318)
Capitalização de juros	(8.210)	-
Amortização do custo de transação	(431)	(318)
Compensação de imposto passivo	8.641	318
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	7.271	9.532

Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	9.532	6.174
Reconhecimento no resultado	(2.261)	3.358
Saldos em 31 de dezembro	7.271	9.532

(a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré-operacionais é realizado no momento que a Companhia entra em operação, de forma linear em 60 parcelas.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

Saldos	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	1	129	130	1	30.877	30.878
Aplicações financeiras	-	-	-	-	30.815	30.815
Bancos conta movimento	-	10	10	-	15	15
Contas a receber	1	62	63	1	47	48
Outros créditos	-	57	57	-	-	-
Passivo	35.373	14	35.387	26.060	57	26.117
Fornecedores e contas a pagar	2.619	14	2.633	2.486	57	2.543
Juros sobre capital próprio	32.754	-	32.754	23.574	-	23.574

Transações	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(103)	(103)	-	(51)	(51)
Custos / despesas - infraestrutura utilizada	-	(2)	(2)	-	(98)	(98)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	-	-	(2)	(2)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(40)	(40)	-	(71)	(71)
Custos / despesas - seguros	-	-	-	-	(2)	(2)
Custos / despesas - doações	-	(494)	(494)	-	(468)	(468)
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	(2.449)	(2.449)	-	(2.414)	(2.414)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(1)	(1)	-	(3)	(3)
Despesas de comissão de fianças na emissões de dívidas	(2.530)	(441)	(2.971)	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	313	313	-	12.710	12.710
Repasse de custos e despesas - CSC	(33.143)	-	(33.143)	(26.229)	-	(26.229)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	7	34	41	(80)	(12)	(92)
Imobilizado	-	-	-	-	262	262

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 2 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante R\$ 1.887, referente as despesas com profissionais-chave, não há outras remunerações da Administração.

9.1. Partes relacionadas

Taxas remuneração - garantia em emissão de dívidas	2025
0,61% a.a.	(2.971)
Total	(2.971)

Notas Explicativas

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado				Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	447	7.441	1.774	17.431	27.093	40.769
Adições	-	-	-	-	-	14.503
Baixas	-	-	(15)	-	(15)	-
Transferências	59	6.539	-	2.773	9.371	(9.371)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	959	-	-	959	-
Depreciação	(64)	(1.644)	(1.464)	(2.573)	(5.745)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	442	13.295	295	17.631	31.663	45.901
Custo	656	16.453	5.811	25.350	48.270	94.171
Depreciação acumulada	(214)	(3.158)	(5.516)	(7.719)	(16.607)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	442	13.295	295	17.631	31.663	45.901
Adições	-	-	-	-	-	47.488
Baixas	-	(10)	-	-	(10)	-
Transferências	20	9.289	261	3.160	12.730	(12.730)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	992	992	-
Depreciação	(67)	(2.392)	(282)	(2.902)	(5.643)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	395	20.182	274	18.881	39.732	80.659
Custo	676	25.688	6.072	29.502	61.938	142.597
Depreciação acumulada	(281)	(5.506)	(5.798)	(10.621)	(22.206)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	395	20.182	274	18.881	39.732	80.659
Taxa média anual de depreciação % Em 31 de dezembro de 2025	10	11	25	11		

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.437 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 4,35% a.a..

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento			
Saldo em 1º de janeiro de 2024	404.321	825	9.203	414.349	299.998	714.347
Adições	-	-	4.980	4.980	326.932	331.912
Transferências	179.934	502	(502)	179.934	(179.934)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(959)	(959)	-	(959)
Amortização	(12.780)	(308)	-	(13.088)	-	(13.088)
Outros	(79)	-	(72)	(151)	(2.416)	(2.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	571.396	1.019	12.650	585.065	444.580	1.029.645
Custo	602.152	1.791	12.650	616.593	444.580	1.061.173
Amortização acumulada	(30.756)	(772)	-	(31.528)	-	(31.528)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	571.396	1.019	12.650	585.065	444.580	1.029.645
Adições	-	-	2.119	2.119	385.709	387.828
Transferências	564.976	6.785	(6.783)	564.978	(564.978)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(992)	(992)	-	(992)
Amortização	(21.264)	(838)	-	(22.102)	-	(22.102)
Outros	(115)	-	-	(115)	(48)	(163)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.114.993	6.966	6.994	1.128.953	265.263	1.394.216
Custo	1.167.013	8.576	6.994	1.182.583	265.263	1.447.846
Amortização acumulada	(52.020)	(1.610)	-	(53.630)	-	(53.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.114.993	6.966	6.994	1.128.953	265.263	1.394.216
Taxa média anual de amortização % Em 31 de dezembro de 2025	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 20.800 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo

Notas Explicativas

médio de debêntures) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 4,35% a.a..

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	261.075
Implantação de marginais, adequações de faixas de aceleração e desaceleração, dispositivos de segurança e sinalização, e passarelas	207.057
1ª Intervenção de pavimento	42.919
1ª Intervenção em obras de arte especiais	4.507
Alargamento de obras de artes especiais	4.314
Implantação de rotatórias	1.302
Implantação posto de pesagem	976

12. Fornecedores

	2025	2024
Circulante	66.014	65.997
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	45.095	44.557
Cauções e retenções contratuais (b)	20.919	21.440
Não circulante	8.806	1.968
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	-	1.968
Cauções e retenções contratuais (b)	8.806	-
Total	74.820	67.965

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e

(b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
1ª Emissão - Série única	CDI + 0,47% a.a.	0,5861% (a)	Setembro de 2027	1.031	604	311.959	307.566 (b)
2ª Emissão - Série única	CDI + 0,38% a.a.	0,4392% (a)	Setembro de 2028	651	662	386.921	- (b)
			Total		1.266	698.880	307.566

Notas Explicativas

	2025	2024
Circulante	29.562	8.163
Debêntures	30.146	8.502
Custos de transação	(584)	(339)
Não circulante	669.318	299.403
Debêntures	670.000	300.000
Custos de transação	(682)	(597)
Total	698.880	307.566

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; e

Garantias:

(b) Aval/fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	2025
2027	300.000
2028	370.000
(-) Custo de transação	(682)
Total	669.318

A Companhia possui contratos financeiros com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmado ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

14. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

14.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Notas Explicativas

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	764	233	997
Constituição	1.850	589	2.439
Reversão	(131)	(185)	(316)
Pagamentos	(1.227)	(429)	(1.656)
Atualização de bases processuais e monetárias	118	22	140
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.374	230	1.604

14.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis, administrativos e outros	3.554	4.604
Trabalhistas e previdenciários	591	1.866
Total	4.145	6.470

15. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	19.565	19.565
Constituição	384	16.103	16.487
Ajuste a valor presente	33	2.606	2.639
Transferência	4.000	(4.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.417	34.274	38.691

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024, para o cálculo do valor presente, são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

16. Patrimônio líquido**16.1. Capital social**

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 980.941, dois quais R\$ 10.091 ainda não foram integralizados, representado por 991.031.991 ações ordinárias.

Notas Explicativas

16.2. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

16.3. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

16.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 2 de abril de 2025, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos no montante de R\$ 12.558, correspondentes a R\$ 0,01267 por ação, a título de dividendos adicionais propostos. O pagamento ocorreu em 30 de abril de 2025.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	19.999
(-) Constituição de reserva legal	(1.000)
Lucro líquido ajustado	18.999
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	4.750
Total de juros sobre capital próprio aprovados pagos e a pagar	10.800
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	10.800

Em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio pagos e a pagar.

16.5. Juros sobre capital próprio

Em 22 de setembro de 2025, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 8.000, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 6.800, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.200, a serem pagos quando oportuno.

Notas Explicativas

Em 12 de dezembro de 2025, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 2.800, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2024, correspondente ao montante líquido de R\$ 2.380, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 420, a serem pagos quando oportuno.

16.6. Lucro básico e diluído

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido	19.999	62.050
Denominador (em milhares)		
Média ponderada de ações - básico (em milhares)	991.032	980.941
Lucro líquido por ação - diluído	0,02018	0,06326

16.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023 pela Controladora, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data.

O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Controladora e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance na Motiva. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Controladora e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de *vesting* de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (*total shareholder return*) alvo real da Companhia no período.

É utilizado o modelo *Black-Scholes-Merton* para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram:

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 3.584;
- Data da outorga: 26 de junho de 2023;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,72;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 13,38, R\$ 15,17 e R\$ 16,96;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Controladora entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,51%;

Notas Explicativas

- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de vesting), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de vesting) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de vesting).

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 3.584 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R\$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve reversão do plano em decorrência da transferência de colaboradores para outras empresas da Motiva relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.

17. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	565.837	536.346
Receitas de pedágio	211.524	212.680
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	353.908	323.489
Receitas acessórias	405	177
Deduções das receitas brutas	(18.273)	(18.369)
Impostos sobre receitas	(18.254)	(18.332)
Abatimentos	(19)	(37)
Receita operacional líquida	547.564	517.977

18. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	(42.449)	(10.212)
Juros sobre debêntures	(60.893)	(8.586)
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	(2.530)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.639)	(1.068)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(254)	(300)
Capitalização de custo de empréstimos	24.237	-
Taxas e outras despesas financeiras	(370)	(258)
Receitas financeiras	32.369	25.099
Rendimento sobre aplicações financeiras	30.462	24.288
Juros e outras receitas financeiras	1.907	811
Resultado financeiro líquido	(10.080)	14.887

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros por categoria

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2025	2024
Ativos	Nível	328.230	305.650
Valor justo através do resultado		311.531	290.071
Caixa e bancos	Nível 2	752	1.155
Aplicações financeiras	Nível 2	310.779	288.916
Custo amortizado		16.699	15.579
Contas a receber das operações		16.636	15.531
Contas a receber de partes relacionadas		63	48
Passivos	Nível	(811.974)	(403.199)
Custo amortizado		(811.974)	(403.199)
Debêntures (a)		(698.880)	(307.566)
Fornecedores e outras contas a pagar		(77.114)	(68.954)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(2.633)	(2.543)
Juros sobre capital próprio		(32.754)	(23.574)
Obrigações com o Poder Concedente		(593)	(562)
Total		(483.744)	(97.549)

(a) Os valores estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	700.146	697.655	308.502	305.317

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA *triple A* na data base.

Notas Explicativas

19.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

19.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾ e ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(700.146)	(106.327)	(132.156)	(157.976)
Efeito sobre as debêntures		(106.327)	(132.156)	(157.976)
CDI	313.853	14.423	17.915	21.366
Efeito sobre as aplicações financeiras		14.423	17.915	21.366
Total do efeito líquido de perdas		(91.904)	(114.241)	(136.610)

A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:	CDI ⁽²⁾	14,9000%	18,6250%	22,3500%
--	--------------------	----------	----------	----------

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo;

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3;

(3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

Notas Explicativas

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

20.1. Compromissos relativos às concessões

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecido no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromissos relativos à concessão	1.084.001	1.479.666

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

21. Demonstração dos fluxos de caixa

21.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	14.874	-
Fornecedores	14.874	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(14.874)	-
Adições ao ativo intangível	(14.874)	-

21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

Notas Explicativas

	Debêntures	Passivo de arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	(307.566)	(2.443)	(23.574)	(333.583)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(330.421)	1.677	12.558	(316.186)
Pagamentos de principal	-	1.677	-	1.677
Pagamentos de juros	38.845	-	-	38.845
Captações (líquidas dos custos de transação)	(369.266)	-	-	(369.266)
Dividendos pagos a acionistas	-	-	12.558	12.558
Outras variações que não afetam caixa	(60.893)	(2.854)	(12.558)	(76.305)
Juros sobre debêntures	(60.893)	-	-	(60.893)
Adições de contratos de arrendamento	-	(2.600)	-	(2.600)
Reversão do ajuste a valor presente	-	(254)	-	(254)
Dividendos	-	-	(12.558)	(12.558)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(698.880)	(3.620)	(23.574)	(726.074)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Josiane Carvalho de Almeida	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Fernando Henrique Pereira De Marchi	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Angelo Luiz Lodi	Diretor
Fausto Camilotti	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0"S"SC

Proposta de Orçamento de Capital

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.
Rua Leonete Frontina Alves, 190 - Rodovia BR-101, Km 325,5
Bairro Vila Flor
88745-000- Capivari de Baixo - SC
rodovias.motiva.com.br/viacosteira

**CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.**

CNPJ Nº. 36.763.716/0001-98

NIRE Nº. 42300050831

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2026

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”) e do artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2026, no valor de R\$ 347.000.000,00 (Trezentos e quarenta e sete milhões de reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 05 de março de 2026.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 347.000.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2026	R\$ 347.000.000,00
---	--------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2025	R\$ 8.199.479,55
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 338.800.520,45

Capivari de Baixo/SC, 05 de março de 2026.

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

Presidente do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da
Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.
Capivari de Baixo – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3.5, 3.12 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 385.709 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.

Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.

A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.
 - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.
 - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.
- Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação

às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Capivari de Baixo/SC, 05 de março de 2026.

FERNANDO HENRIQUE PEREIRA DE MARCHI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Capivari de Baixo/SC, 05 de março de 2026.

FERNANDO HENRIQUE PEREIRA DE MARCHI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM OS INVESTIDORES

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR